TEXTO PARA DISCUSSÃO

2159

Brasília, novembro de 2015

SUMÁRIO EXECUTIVO

A GRAMÁTICA DA MORADIA NO COMPLEXO DO ALEMÃO: HISTÓRIA, DOCUMENTOS E NARRATIVAS

Patrícia Brandão Couto
Pesquisadora associada do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (InEAC) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro).

Rute Imanishi Rodrigues
Técnica de planejamento e pesquisa do Ipea.

O *Complexo do Alemão*, como um lugar da cidade do Rio de Janeiro, só adquiriu existência nominal, administrativa e simbólica, a partir de 1993, quando foi oficializado como bairro. No entanto, para seus habitantes, as particularidades dos lugares que compõe este conjunto administrativo permanecem arraigadas na vasta paisagem que reúne, junto a Serra da Misericórdia, as favelas do Morro do Alemão, Grota ou Joaquim de Queiroz, Nova Brasília, Reservatório de Ramos, Parque Alvorada, Fazendinha, Morro das Palmeiras, Casinhas, Canitar, Pedra do Sapo, Mineiros, Matinha, Morro do Adeus e Morro da Baiana e tem por zonas fronteiriças os bairros de Ramos, Olaria, Higienópolis, Bonsucesso e Inhaúma.

Sem ignorar a representação simbólica dessa área com a violência urbana, este artigo tem por objetivo retroceder na linha do tempo e iluminar as particularidades relativas à evolução dos modos de fixação e acesso à moradia, nos primeiros focos de povoamento da região. Um levantamento prévio do histórico fundiário desta grande área orientou o trabalho de campo realizado durante 2012 nas áreas do Morro do Alemão, Grota ou Joaquim de Queiroz, Nova Brasília, Reservatório de Ramos, Parque Alvorada, Mineiros e Fazendinha. O propósito desta pesquisa, fundamentada em depoimentos dos moradores mais antigos dessas localidades, foi identificar as diferentes formas de fixação e moradia que explicam o povoamento dessas localidades entre as décadas de 1920 e 1970.

Nesse sentido, identificamos definições distintas para o uso e a ocupação do solo que derivaram das relações entre os proprietários das terras e os moradores ou suas associações, tais como: *aluguel de chão; ocupação consentida; invasão coletiva; e venda de cavas de terra por associações de moradores.* Verificamos também outras formas de fixação que derivaram das relações de *atores difusos* com os moradores, tais como: *invasão para venda ("faveleiro"); loteamento e venda informal; cobrança de aluguel das benfeitorias sem identificação do proprietário ou posseiro.* O aluguel e a compra e/ou venda de benfeitorias ou posses, entre moradores, foram observados como práticas comuns em todas as localidades pesquisadas.

A análise etnográfica das narrativas apresentadas ao longo do texto permite redimensionar a participação e responsabilidade efetiva, tanto do setor privado, neste caso representado pelos proprietários rurais locais, que disseminaram e perpetuaram a prática do aluguel de chão, quanto do Estado, que na situação apresentada figurava institucionalmente pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários (IAPC) e seus agentes, que cultivavam práticas relacionais para a concessão da moradia. Desse modo, a origem dessas favelas não é decorrente de *invasões de terrenos*. Pelo contrário, as invasões, que de fato ocorreram, segundo as narrativas, são decorrentes de outros processos que as antecederam, conforme pretendemos demonstrar.

SUMÁRIO EXECUTIVO